

Goldemberg defende mudança na lei de ensino

O ministro da Educação, José Goldemberg, defendeu ontem a mudança da atual Lei de Diretrizes e Bases, mas destacou que um projeto, do Legislativo tratando do assunto, que está em tramitação na Câmara dos Deputados, precisa ser discutido e melhorado, através do entendimento entre o Governo, os parlamentares e a sociedade. Goldemberg presidiu, ontem de manhã, no Senado Federal, a abertura do Seminário sobre a Lei de Diretrizes e Bases, promovido pelo Fórum de Educação em Defesa da Escola Pública, que reúne mais de 30 entidades civis de educação em todo o País.

A lei em vigor na área de educação tem mais de 20 anos (Lei 5.692/71), mas há quatro anos, por determinação da Constituição de 1988, tramita na Câmara dos Deputados um projeto de lei alterando a legislação para o setor. O ministro disse que a atual LDB, com mais de 170 artigos,

tem que ser modificada, porque reduz o Executivo a um papel secundário, já que se preocupa muito com os direitos e vantagens financeiras e a educação no País precisa mais do que isto.

Goldemberg destacou, no entanto, que o projeto em tramitação na Câmara não muda questões fundamentais, como o corporativismo dentro do Conselho Federal de Educação. Outra questão em discussão no seminário, que termina hoje, é a autonomia das universidades. O fórum defende que as universidades que não têm condições para sobreviver independentemente recebam ajuda oficial.

O ministro Goldemberg acha que as universidades deficitárias têm que ser descredenciadas. O entendimento entre o Governo, fórum e parlamentares ainda terá que passar pela questão das eleições ou indicação dos reitores e diretores de escolas e pela jornada no magistério.